

**MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL**  
**2º SEMESTRE DE 2021**

**PREVIRB**  
**Fundação de Previdência dos Servidores do Instituto de**  
**Resseguros do Brasil**

## **1. INTRODUÇÃO**

Em atendimento ao artigo 19 da Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC) nº 13, de 01/10/2004 e ao art. 8º da Resolução CNPC nº 39, de 30/3/2021, este Conselho Fiscal, reunido em 09 de junho de 2022, concluiu a análise da documentação do período de **1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021**, disponibilizada pela Entidade e listada a seguir:

- a. Memorandos da Superintendência Geral (SUPGE) nº 008/2022 e 009/2022;
- b. Memorando da Diretoria Financeira e de Investimentos (DIFIN) nº 001/2022;
- c. Memorando da Diretoria de Benefícios (DIBEN) nº 011/2022;
- d. Relatório de Controles Internos nº 012/2021;
- e. Balanços Patrimoniais, Demonstrações de Resultados e Contábeis de 2021;
- f. Relatórios de Riscos da ADITUS;
- g. Acompanhamento Orçamentário para o período;
- h. Documentação Suporte da Diretoria Executiva, dentre outros.

## **2. ADERÊNCIA DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DOS PLANOS PREVIDENCIAIS A, B e PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)**

### **2.1. Gestão dos Recursos Garantidores**

O Conselho observou, fundamentado na documentação suporte, que a gestão dos recursos garantidores vem sendo realizada pela PREVIRB, em conformidade com as diretrizes da Política de Investimentos e com os dispositivos da Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.661/18, de 25/05/2018, que vigorou no exercício. Cabe ressaltar que a Resolução CMN nº 4.994/2022 somente entrou em vigor em 02/05/2022.

### **2.2. Enquadramento das Aplicações**

Os limites das aplicações de recursos dos Planos Previdenciais A e B, bem como os do Plano de Gestão Administrativa (PGA), estão aderentes aos dispositivos

estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.661/18, de 25/05/2018, bem como aos preceitos da Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo da PREVIRB, considerada a documentação suporte apresentada.

### 2.3. Sistema de Captação de Dados de Investimentos

O Conselho, considerando por base a documentação suporte apresentada, observou que os prazos referentes aos demonstrativos de investimentos dos Planos Previdenciais satisfazem às determinações da Instrução normativa PREVIC nº 31, de 20/08/2020, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

### 2.4. Controle de Riscos

#### 2.4.1 Balanço Patrimonial

Segue, na tabela abaixo, o resumo do balanço patrimonial de dezembro de 2021, e um comparativo com junho de 2021, segregado para os planos A e B:

Contas	PLANO A			PLANO B		
	dez/21 (A)	jun/21 (B)	(A)/(B)	dez/21 (A)	jun/21 (B)	(A)/(B)
<b>ATIVO</b>	2.559.085.322	2.488.614.113	<b>2,8%</b>	252.711.771	240.108.091	<b>5,3%</b>
<b>PASSIVO</b>	2.184.392.566	2.021.529.256	<b>8,1%</b>	248.129.925	234.568.967	<b>5,8%</b>
<b>SUPERÁVIT</b>	374.692.755	467.084.856	<b>-19,8%</b>	4.581.846	5.539.123	<b>-17,3%</b>

Pela análise do balanço patrimonial, o Plano A apresentou superávit satisfatório, e comparado a junho de 2021, o plano apresentou uma redução de 19,8%, devido, entre outros motivos, à transferência de R\$ 98 milhões para o Fundo Previdencial de Revisão do Plano, com o objetivo de realizar a distribuição de *superávit* acumulado. O Plano B fechou o semestre com redução de 17,3% em relação ao semestre anterior, devido à constituição das reservas matemáticas (impactada pela elevada inflação no período) e às deduções terem superado o resultado dos investimentos.

## 2.4.2. Geração de Déficit/Superávit

Segue, apresentado na tabela abaixo, a movimentação exposta no relatório de “Demonstração dos Resultados” referente ao 2º semestre de 2021.

Contas	PLANO A	PLANO B	PLANO PGA
	Jul a Dez/21	Jul a Dez/21	Jul a Dez/21
<b>CONTRIBUIÇÕES/RECEITAS</b>	675	9.867.338	3.536.393
<b>DEDUÇÕES/DESPESAS</b>	-66.444.646	-7.466.005	-4.211.940
<b>FLUXO DOS INVESTIMENTOS</b>	137.132.911	9.900.413	1.448.183
<b>CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES</b>	-51.625.536	-9.468.385	-
<b>SUPERÁVIT/DÉFICIT TÉCNICO</b>	<b>17.807.267</b>	<b>-957.277</b>	-

O Plano Previdencial A apresentou resultado superavitário, com fluxo dos investimentos positivo, no segundo semestre de 2021, que foi suficiente para compensar a constituição, do Fundo Previdencial de Revisão do Plano, referente ao exercício de 2018. A diferença entre o superávit do Plano A, havido em julho/21 e dezembro/21, apresentada no Balanço Patrimonial, foi menor em R\$ 92.392.101. Essa redução no superávit do Plano A se deve à transferência de R\$ 98.360.801 para criação do Fundo Previdencial para Revisão do Plano – exercício 2018, acrescido de R\$ 11.838.566 referente à atualização monetária do Fundo Previdencial para Revisão do Plano – exercício 2017, ocorrida em novembro/2021, seguindo as regras do Plano de Distribuição do Superávit 2017. O valor resultante dessa movimentação é de R\$ 17.807.267, conforme demonstrado no quadro acima.

O Plano Previdencial B, apresentou resultado deficitário, apesar do fluxo dos investimentos ser positivo, no segundo semestre de 2021. Tal cenário ainda é reflexo da pandemia, que provocou abertura das taxas de juros, queda nos preços das ações, além do processo de elevação inflacionária provocar um hiato entre as remunerações dos títulos, já que as taxas de juros somente iniciaram o processo de elevação de forma mais significativa a partir do segundo semestre. Contudo, trata-se de uma situação conjuntural que deverá ser atenuada e revertida com a estabilização da economia.

Já o Plano Administrativo PGA apresentou um resultado positivo do fluxo dos investimentos, no último semestre, no valor de R\$1.148.183, apesar de ter registrado um saldo negativo entre as receitas e despesas administrativas dos planos de benefícios no total de R\$ 675.547. Contudo, o resultado de receitas menos despesas, mais fluxo de investimentos importou em um saldo positivo no período de R\$ 772.636,00.

### 2.4.3. Ativos

#### 2.4.3.1. Rentabilidade dos Ativos

O Relatório de Enquadramento do Plano de Aplicações apresenta o desempenho da carteira de ativos para cada plano. Os resultados estão resumidos na tabela abaixo.

	2021			2º SEMESTRE DE 2021		
	Rentabilidade Acumulada	Meta Acumulada	Rentabilidade /Meta	Rentabilidade Acumulada	Meta Acumulada	Rentabilidade /Meta
<b>PLANO A</b>	13,62%	14,30%	<b>95,25%</b>	7,78%	5,89%	<b>32,09%</b>
<b>PLANO B</b>	8,85%	4,42%	<b>200,01%</b>	4,47%	3,14%	<b>342,50%</b>
<b>PLANO PGA</b>	8,72%	4,42%	<b>197,20%</b>	5,00%	3,14%	<b>342,50%</b>

Observamos, neste relatório, que o desempenho financeiro dos ativos se manteve acima da meta estabelecida, no segundo semestre do ano, para todos, indicando forte recuperação no segundo semestre. O Plano A, também teve forte recuperação no segundo semestre, mas não o suficiente para suplantar a meta, já que a aceleração da inflação trouxe grandes dificuldades para a gestão.

A base do quadro acima está anual. A seguir, apresentamos os dados semestrais, ou seja, a variação do 2º semestre em relação ao 1º semestre de 2021.

Conta	Rentabilidade acumulada 1ºsemestre	Rentabilidade acumulada 2ºsemestre	Variação % 2ºsem/1ºsem
<b>Plano A</b>	-7,04%	5,49%	-
<b>Plano B</b>	-5,50%	5,04%	-
<b>Plano PGA</b>	2,83%	3,64%	28,62%

Observamos, neste relatório, a forte recuperação das rentabilidades dos Planos A e B no 2º semestre em relação ao 1º semestre, indicando a superação da crise econômica causada pelo Coronavírus.

#### 2.4.3.2. Value at Risk (VaR)

A tabela abaixo apresenta o VaR calculado pela Consultoria Aditus em relação ao mês de dezembro de 2021.

CONTA	LIMITE DO VaR	VaR CALCULADO
Plano A (RF)	2,50%	0,07%
Plano A (RV)	18,00%	7,43%
Plano B (RF)	2,50%	0,67%
Plano B (RV)	18,00%	6,54%
Plano PGA (RF)	2,50%	0,43%

Observamos que os valores calculados se encontram *abaixo* do limite de VaR para todos os segmentos dos planos.

#### 2.4.4. Considerações

O Relatório da Aditus apresenta a adequação da gestão dos recursos dos Planos, em consonância com as Resoluções CMN nº 4.661, de 25/05/2018, e atualizações e CGPC nº 13, de 01/10/2004, bem como com as normas emitidas pela PREVIC. Além disso, verifica-se a adequação frente às Políticas aplicáveis e ao cálculo do VaR.

### 3. PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

No período em estudo, considerando as informações transmitidas pela Diretoria Executiva e o acompanhamento das demonstrações trazidas a este Conselho Fiscal, pode-se observar as ocorrências a seguir comentadas.

A considerar, foram realizados novos testes de aderência pela Consultoria Mercer Human Consulting Group, consultor externo atuarial dos planos previdenciais da

PREVIRB, no 2º semestre de 2021. A considerar, foram realizados novos testes de aderência pela Consultoria Mercer Human Consulting Group, consultor externo atuarial dos planos previdenciais da PREVIRB, no 2º semestre de 2021, avaliando que as hipóteses e métodos utilizados na avaliação atuarial são apropriados e atendem à legislação vigente, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

**Para o Plano A, destaca-se:**

- a) Manutenção da Tábua de Mortalidade Geral do Plano A em AT-2000 M&F (suavizada em 10%);
- b) Manutenção da Taxa de Juros Atuariais em 3,76%a.a.;
- c) Manutenção do Fator de Capacidade em 98%;
- d) Constituição do Fundo Previdencial para Revisão do Plano, referente à Reserva Especial constituída no balanço final do exercício de 2018, e mantida no balanço em 2019, 2020 e 2021, com valor de R\$ 98,36 milhões. O Fundo Previdencial para Revisão do Plano, exercício 2017, destinado no balanço de 2020, teve seu valor atualizado em outubro/2021, conforme regra estabelecida no Plano de Distribuição e teve sua distribuição iniciada em novembro/2021, encerrando o exercício com o valor de R\$ 143,78 milhões. Ao total foi registrado em balanço o valor total de R\$ 242,14 na rubrica “Fundo Previdencial”;
- e) A variação das Provisões Matemáticas foi positiva de 12,97% em relação ao mesmo período de 2021, variando de R\$ 1.659.056.498,00, em dezembro/2020, para R\$ 1.874.189.700,00, em dezembro/2021, como decorrência dos seguintes fatores: atualização dos benefícios e salários, envelhecimento do grupo, resultado da Avaliação Atuarial e os falecimentos ocorridos no período.

**Para o Plano B, temos os seguintes destaques:**

- a) Manutenção da Tábua de Mortalidade Geral do Plano A em AT-2000 M&F Suavizada em 10% e desagravada em 10%;
- b) Manutenção da Taxa de Juros Atuariais em 3,76%a.a.;

c) Manutenção do Fator de Capacidade em 98%;

d) Manutenção da Projeção de Crescimento Salarial para 1,00% acima do IPCA;

e) Revisão do Plano de Custeio com base na proposta da Mercer, com diminuição da alíquota de contribuição para os benefícios de risco dos participantes ativos de 6,809% para 5,555%, a ser aplicado a partir de 1º/04/2022. Tal redução se deve a alteração da tábua de mortalidade, adotada para os riscos de Pecúlio por Morte e Auxílio Funeral, que passou de AT-49 para AT-2000 Básica M&F;

f) A variação das Provisões Matemáticas foi positiva de 15,63% em relação ao mesmo período de 2020, variando de R\$ 169.275.769,93, em dezembro/2020, para R\$ 195.730.006,23, em dezembro/2021, como decorrência da atualização dos benefícios e salário, do resultado da Avaliação Atuarial de 2021 e dos falecimentos ocorridos no período.

Tendo em vista o exposto, os dados fornecidos pela Direção da Entidade e o desempenho que a PREVIRB vem apresentando, este Conselho Fiscal entende que permanece o equilíbrio entre o patrimônio e os compromissos e obrigações dos benefícios dos Planos A e B.

### **3.1. Gestão Atuarial**

As alterações sofridas pelos Planos durante o 2º semestre de 2021 estão descritas ao longo desta Manifestação, as quais são de conhecimento e aprovação da PREVIC.

Destinação reserva especial:

De acordo com os balanços de ambos os Planos, esses apresentam resultados acumulados superavitários. Com relação ao Plano Previdencial A, ao final de 2021, foi constituído o Fundo Previdencial para Revisão do Plano, referente à Reserva Especial constituída no balanço final do exercício de 2018, e mantida no balanço em 2019, 2020 e 2021, com valor de R\$ 98,36 milhões. O Fundo Previdencial para Revisão do Plano, exercício 2017, destinado no balanço de 2020, teve seu valor atualizado em outubro/2021,

conforme regra estabelecida no Plano de Distribuição e teve sua distribuição iniciada em novembro/2021, encerrando o exercício com o valor de R\$ 143,78 milhões. Ao total foi registrado em balanço o valor total de R\$ 242,14 na rubrica “Fundo Previdencial”.

Quanto ao Balanço Patrimonial do Plano B foi verificado ao final do ano de 2020 um superávit foi de R\$ 5.539.123,43. No final de 2021 este resultado foi de R\$ 4.581.846,09, o que representa uma variação negativa de 41,68%, demonstrando o impacto negativo nos investimentos do ano de 2021 e o aumento das provisões matemáticas, na ordem de 15,63%.

Desta forma, este Conselho Fiscal entende que os regimes, métodos e premissas estão consistentes entre si, com os dados cadastrais, de acordo com a legislação e com os objetivos e práticas atuariais.

#### **4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As análises das demonstrações da execução orçamentária, no 2º semestre de 2021, foram efetuadas, tendo sido aceitos os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva sobre as variações orçamentárias consideradas relevantes.

No Plano A, o valor realizado acumulado no exercício, relativo à gestão previdencial, do Plano A, ficou acima do valor orçado em 90%, influenciado pelas reversões ocorridas nas Provisões Atuariais, que sofreram uma variação negativa entre Realizado e Orçado. Isto, tendo em vista que o orçamento foi feito considerando que, na atualização da reserva matemática, o efeito de acréscimo da inflação projetada seria inferior ao efeito redutor do pagamento de benefícios concedidos; porém, o aumento das taxas de inflação, observadas no ano, impactou fortemente a atualização das reservas. Isto porque a inflação projetada não previa o aumento expressivo da inflação para 2021. Além disso, o pagamento de benefício de prestação única foi superior ao orçado.

No fluxo de investimentos do Plano A, o resultado registrou uma variação negativa de 125%, com o valor realizado abaixo do orçado. A variação do fluxo negativa, advém dos efeitos da pandemia e da desvalorização no preço das ações do IRB, que não foi prevista no orçamento. Importante destacar que, durante o ano de 2020, foi promovida significativa redução na posição de IRB na carteira de ações, que não estava prevista no orçamento. A

carteira de Renda Fixa mostrou uma variação positiva de 43%, decorrente da variação do IPCA acima do orçado, que favoreceu os títulos atrelados a este índice.

Com relação à gestão previdencial do Plano B, o realizado ficou dentro dos parâmetros esperados, com variação positiva de 4%. Cabe destacar que, com respeito às Deduções, verificamos um aumento do pagamento de Pensões e Pecúlios, apresentando uma variação positiva de 46% e de 78%, respectivamente. O orçamento foi realizado prevendo a existência de 6 pensionistas até Dez./2021, porém o valor realizado reflete o pagamento de 8 pensionistas, além disso, o valor médio destas 2 pensões, na ordem de R\$ 7.000,00, está acima da média histórica.

Na rubrica “Auxílios” houve variação de negativa de 89%, pois como o benefício de Auxílio-Doença foi implantando a pouco tempo, ainda não há base histórica para uma estimativa mais assertiva. Na rubrica “Benefícios de Prestação Única” foram pagos 2 benefícios de Pecúlio e de reembolso de Auxílio-Funeral acima dos valores orçados. Com relação ao benefício de “Aposentadoria programada”, o orçamento foi realizado prevendo a existência de 82 assistidos até Dez./2021, porém o número de novos aposentados atingiu 90 nesse período, impactando assim o valor realizado. Com relação aos Institutos houve 6 Portabilidades no período, com valor acima da média da previsão orçamentária e houve 7 Resgates, com valor superior ao Orçado no período. No total, a variação percentual nas “Deduções” foi positiva em 41%.

Com relação às “Provisões Atuariais” a variação negativa de 9% foi influenciada pelo aumento da Portabilidade em relação à estimada, impactando na reserva matemática ficando seu valor inferior ao projetado.

Com relação aos “Fundos”, houve uma redução de 21%, pois houve consumo do Fundo de Cobertura de Risco de Morte em razão dos pagamentos de Pecúlio por Morte, Auxílio-Funeral e Pensão por Morte acima do orçado.

No fluxo de investimentos do Plano B, o resultado registrou uma variação negativa de 103% com o valor realizado abaixo do orçado. A variação do fluxo negativa, advém dos efeitos da pandemia e da desvalorização no preço das ações do IRB, que não foi prevista no orçamento. Importante destacar que, durante o ano de 2020, foi promovida significativa redução na posição de IRB na carteira de ações, que não estava prevista no orçamento. A

carteira de Renda Fixa mostrou uma variação positiva de 46%, decorrente da variação do IPCA acima do orçado, que favoreceu os títulos atrelados a este índice.

No fluxo de investimentos do Plano Administrativo – PGA, plano que atua apenas no segmento de renda fixa, o resultado registrou uma variação negativa de 14%, em virtude da Pandemia, que reduziu os juros a patamares mais baixos da história, afetando a rentabilidade dos investimentos. O Orçamento foi elaborado atendendo ao § 1º, do Art.16, da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004.

## 5. ADERÊNCIA DA GESTÃO DOS CONTROLES INTERNOS

### 5.1. Controles Internos

O Comitê de Controles Internos da Fundação - COINT vem desempenhando as suas atividades, atuando como órgão consultivo e de assessoramento às diversas áreas, muito embora o CONFI destaque a necessidade de que as ações desse Comitê tenham, cada vez mais, o caráter preventivo no seu assessoramento à Fundação.

### 5.2. Planos de Ação

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004, a Fundação sinaliza medidas a serem observadas e avaliadas anualmente, em sintonia com as melhores práticas de governança, gestão e controles internos.

O Relatório de Pendências apresenta as pendências listadas por natureza, destacamos que no 2º semestre de 2021 não houve apontamento do CONDEL, CONFI, DIREX e Auditoria Externa, bem como não houve recomendações ou demandas da PREVIC e da Certificadora em Controles Internos.

Origem	Demanda	% Execução	Grau de Impacto
Legislação	Adequar as funcionalidades do site à exigência da Resolução CNPC 26/2017 que dispõe sobre a adoção de transações remotas.	100%	Baixo
Legislação	Adequação de normas, procedimentos e sistemas ao disposto na Instrução PREVIC 34, de 28/10/2020.	95%	Baixo
Planejamento Estratégico 2018	Promover novo Recadastramento, com ênfase no uso online, revisando a ferramenta utilizada.	100%	Baixo

Origem	Demanda	% Execução	Grau de Impacto
Planejamento Estratégico 2018	Implantar a modalidade de concessão de empréstimo online.	100%	Baixo
Planejamento Estratégico 2020	Criar programa específico de treinamento para os empregados que substituem os gestores durante as suas ausências.	50%	Baixo
Planejamento Estratégico 2020	Criar um canal ou portal que tenha conteúdos relacionados à privacidade e proteção de dados para funcionários e participantes. (Estratégia de Privacidade)	100%	Médio
Planejamento Estratégico 2020	Revisar periodicamente as políticas com o objetivo de manter atualizados os documentos internos e aproveitar a oportunidade para aplicar melhorias seguindo as diretrizes da PREVIRB. (Política de Privacidade)	67%	Baixo
Planejamento Estratégico 2020	Finalizar a implantação do Portal com melhorias para os usuários e inclusão dos atributos de relacionamento remoto.	100%	Médio
Planejamento Estratégico 2020	Continuar as apresentações mensais sobre a gestão dos investimentos no Plano A.	-----*	Baixa
Planejamento Estratégico 2020	Realizar apresentações sobre investimentos do Plano B.	-----*	Baixa
Planejamento Estratégico 2020	Realizar encontros periódicos no GUIA.	-----*	Baixa
Planejamento Estratégico 2020	Fazer workshops com o contingente ainda não participante.	-----*	Baixo

\*Suspendidos devido a Pandemia de COVID-19.

### 5.3 Fatos Relevantes

Destacamos os principais fatos do Plano A:

- I. O Balanço Patrimonial revela que o Plano A possui patrimônio de R\$ 2,5 bilhões, e, portanto, superior às Provisões Matemáticas Globais avaliadas em R\$ 1,8 bilhão, conduzindo ao superávit técnico de R\$ 374 milhões, sendo R\$ 362 milhões alocados na Reserva de Contingência e R\$ 12 milhões na Reserva Especial para Revisão do Plano;
- II. Em 2020 ocorreu o terceiro ano de constituição de Reserva Especial no Plano A, havendo, portanto, obrigatoriedade quanto à sua destinação. Iniciou-se em novembro de 2021 a distribuição do superávit relativo ao exercício de 2017, abrangendo participantes e patrocinador;
- III. Em 2021, completou-se o período de 3 anos de constituição de Reserva Especial no Plano A relativamente ao exercício de 2018, havendo, portanto, obrigatoriedade quanto à sua destinação.

Destacamos os principais fatos do Plano B:

- I. Diminuição na ordem de 24,56% nas contribuições totais (renda e risco) no ano de 2020, em comparação ao ano anterior passando de R\$ 21,35 milhões para R\$ 16,10 milhões. Essa variação nas contribuições previdenciais se mostra negativa no período em comparação ao último exercício, pois no ano passado houve alteração regulamentar reduzindo o percentual máximo de contribuição para o benefício de renda mensal vitalícia, de 16% para 12%, além da última contribuição sobre os valores recebidos a título de PLR, ter ocorrido em 08/2020;
- II. O Balanço Patrimonial revela que o Plano B possui patrimônio de R\$ 252 milhões. Na confrontação das Provisões Matemáticas de R\$ 195 milhões, com o Patrimônio de Cobertura do Plano verifica-se um superávit técnico de R\$ 4,5 milhões, sendo todo esse valor alocado na Reserva de Contingência.

## 6. COMENTÁRIOS

### 6.1. Despesas Administrativas

INDICADORES (*)	DESCRIÇÃO	META (anual)	RESULTADO Dez./2021
IG 01	Despesas Administrativas / Recursos Garantidores	0,38%	0,34%
IG 02	Fundo Administrativo / Total do Ativo	1,30% (mínimo)	1,10%
IG 03	Despesas Administrativas / Participantes (Massa Segurada)	R\$ 330,00	R\$ 348,09
IG 04	Despesas Administrativas de Pessoal / Despesas Administrativas	68%	63,65%
IG 05	Serviço de Terceiros / Despesas Administrativas	19%	14%
IG 06	Número de Empregados Treinados / Número Total Empregados	85% (Mínimo)	95%
IG 07	Nível de adesão ao Plano	92% (Mínimo)	90,07%

(\*) Indicadores e Resultados apurados ao final do 2º semestre de 2021, cotejados com as metas anuais estabelecidas para o exercício de 2021.

Em relação ao resultado dos indicadores expostos no quadro acima, para o momento cabem os seguintes comentários:

**IG01** (Despesas Administrativas / Recursos Garantidores) - É o principal indicador de gestão da Fundação, que mensura a relação entre as despesas administrativas e os recursos garantidores dos planos. Alcançou o patamar de 0,34%, inferior, portanto, à meta interna estabelecida pelo CONDEL, de no máximo 0,38%.

Desta forma, verifica-se que o referido indicador se encontra cerca de 10% abaixo da meta estabelecida.

2021 ainda foi um ano com reflexos da pandemia e com forte impacto inflacionário, prejudicando a retomada do crescimento econômico. Todavia, o foco ainda permaneceu na redução do nível geral de despesas e na reestruturação administrativa.

**IG02** (Fundo Administrativo / Total do Ativo) – Responsável por medir o montante do Fundo Administrativo em relação ao Total do Ativo da Fundação. Como tendência, quanto maior o percentual apurado, maior a margem de segurança do fundo para suprir suas despesas administrativas futuras.

Foi estabelecido pelo CONDEL, um limite mínimo de 1,30%, admitindo-se uma variação de até 10%. O índice obtido no 2º semestre/2021 foi de 1,10%, ou seja, estando 15% abaixo da meta. Tal resultado é reflexo de um aumento mais acelerado da parcela do ativo, que possui em carteira quantitativo significativo de ativos indexados a inflação, ao passo que a carteira do PGA tem maior peso de ativos ligado ao CDI. Dado que o nível de despesas permaneceu em linha com o projetado, sem crescimento expressivo, a variável explicativa está num maior crescimento do denominador (ativo total) frente ao numerador (fundo PGA). Para o próximo exercício, o limite será revisto. O que é importante frisar é que o índice não está sendo comprometido pela diminuição do fundo do PGA, mais sim pelo crescimento do ativo total.

**IG03** (Despesas Administrativas / Participantes – Massa Segurada) – Trata-se do volume médio de despesa administrativa per capita (por participante). Como tendência, quanto menor o resultado apurado, melhor. A maturidade do plano pode também ser fator de influência, sobretudo em termos de custo de transação.

No caso da PREVIRB, nota-se uma tendência decrescente da massa segurada no Plano Previdencial A, por se tratar de plano fechado. Já em relação ao Plano Previdencial B, também se observou uma tendência decrescente da massa segurada, em especial devido à grande movimentação por parte do Patrocinador IRB. Assim, mesmo mantido o valor das despesas administrativas, o indicador apresentou queda. No consolidado, a variação da massa total foi de 2.107 para 2.099, representando um decréscimo de menos de 1%.

No tocante ao presente indicador, a meta estabelecida pelo CONDEL é de no máximo R\$ 330,00, admitida uma variação de até 10%. No 2º semestre/2021 o indicador alcançou o patamar de R\$ 348,09, estando 5% acima da meta estabelecida, situando-se dentro da variação admitida.

Cabe ressaltar, no entanto, que a variação observada está ocorrendo mais por decréscimo de massa do que por aumento da despesa, o que não suscita maiores preocupações.

**IG04** (Despesas Administrativas de Pessoal / Despesas Administrativas) – Reflete o percentual das Despesas Administrativas com pessoal e encargos em relação ao total das Despesas Administrativas. Portanto, apresenta como resultado o peso dos gastos com pessoal no total das despesas administrativas.

A meta estabelecida pelo CONDEL é de no máximo 68%, admitindo-se uma variação de até 10%. No 2º semestre/2021, o indicador alcançou o patamar de 63,65%, estando 6% abaixo da meta estabelecida.

**IG05** (Serviço de Terceiros / Despesas Administrativas) – Apresenta o percentual das despesas administrativas com terceiros em relação à Despesa Administrativa total.

O resultado apurado indica o grau de dependência de serviços de terceiros da Entidade. Este resultado vem se mantendo abaixo do limite estabelecido, uma vez que a Entidade diminuiu as despesas com terceiros comparado com o das despesas administrativas totais.

A meta estabelecida pelo CONDEL é de no máximo 19%, admitindo-se uma variação de até 10%. Este indicador apresentou no 2º semestre/2021 o patamar de 14%, estando 26% abaixo da meta estabelecida.

**IG06** (Número de Empregados Treinados / Número Total Empregados) – Esse indicador mostra o volume de investimentos realizados com treinamento e qualificação, de modo que quanto maior o resultado apurado, maior a preocupação da Fundação com a formação do seu pessoal. Adicionalmente, existe o objetivo de aperfeiçoamento deste indicador, agregando-se a informação sobre a qualidade do treinamento e a sua aplicabilidade no cumprimento das tarefas pelos colaboradores treinados.

Para esse indicador, o limite estabelecido pelo CONDEL foi de no mínimo 85% do quadro de colaboradores treinados. No 2º semestre/2021, foi treinado 95% do quadro, alcançando 11% acima da meta estabelecida.

**IG07** (Nível de adesão ao Plano B) – O presente indicador mede, mensalmente, o percentual de participantes que aderiram ao Plano Previdencial B. O resultado no 2º semestre/2021 foi de 90,07%, portanto 2% abaixo da meta estabelecida de no mínimo 92% pelo CONDEL.

## **6.2. Gestão Atuarial**

As alterações sofridas pelos Planos durante o 2º semestre de 2021 estão descritas ao longo desta Manifestação, as quais são de conhecimento e aprovação da PREVIC.

Desta forma, este Conselho entende que os regimes, métodos e premissas estão consistentes entre si, com os dados cadastrais, de acordo com a legislação e com os objetivos e práticas atuariais.

## **6.3. Custo da Gestão**

Os custos decorrentes da gestão, no período sob análise, apresentaram-se aderentes às propostas orçamentárias descritas no item 4 desta Manifestação.

#### 6.4. Classificação entre as maiores Entidades Fechadas de Previdência Complementar

De acordo com o último consolidado estatístico da ABRAPP, disponível em dezembro/21, esta Fundação mantém uma posição bastante confortável, figurando no 63º lugar dentre as entidades associadas.

#### 6.5. Contencioso da Fundação

Avaliando de forma objetiva as informações constantes no Memorando SUPGE-003/2022, o contencioso da Fundação referente ao 2º Semestre de 2021 se distribui nas seguintes áreas e quantidade de ações:

Na área previdencial, a PREVIRB atualmente responde por 18 ações, das quais:

Instância	QTD.
1ª Instância	10
2ª Instância	1
Tribunais Superiores	1
Execução	6

Quanto a classificação de perdas, temos o seguinte cenário:

Classificação de Perda	QTD.
Provável	7
Possível	6
Remota	5

Cabe destacar que o percentual de provisionamento obedece às normas do IBRACON. O objeto mais demandado ainda permanece como o “*pedido de extensão do PCS aos assistidos*”, com 5 demandas e vários atores em cada ação.

Foi observado o surgimento de 2 novas ações referentes a obrigação de fazer, em que os autores contestam a última alteração do Regulamento do Plano A.

Na área administrativa tramita 1 ação em que a Fundação é ré (Autor solicita indenização por cobrança indevida de aluguel no *World Trade Center-SP WTC*), já tendo como resultado a sentença improcedente, mas o autor está recorrendo.

Na esfera tributária existem 7 processos em curso, dos quais 2 estão na esfera administrativa e 5 na esfera judicial, sendo destas, 4 de responsabilidade do PGA e 3 do Plano A. Informamos que o processo da CSSL se encontra em garantia por apólice de seguro até o esgotamento da tramitação administrativa, mas poderá entrar na esfera judicial; e, o processo da execução fiscal relativo a Execução Fiscal - IRRF – Desenquadramento da Anistia da MP nº 2.222/2001, que teve a sua garantia substituída por depósito judicial e continua aguardando desfecho.

Por fim, somente 1 ação originária da área de investimentos, sendo relativa a LFT de Pernambuco, já de longa data e sem alteração.

## **7. MANIFESTAÇÃO**

Com base nas verificações e análises efetuadas, o Conselho Fiscal manifesta-se no sentido de que a Fundação de Previdência dos Servidores do IRB (PREVIRB), observado o conteúdo do presente Relatório, está adequada ao modelo de governança corporativa, proposto pela Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004.

Esta manifestação deverá ser levada ao conhecimento do Conselho Deliberativo, a quem caberá decidir sobre as providências que, eventualmente, devam ser adotadas. Deverá, ainda, permanecer nesta Entidade à disposição da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Rio de Janeiro, 09 de junho de 2022.

**Daniel Volpe**  
Presidente

**Thays Vargas Ferreira da Cunha**  
Membro Titular

**José Carlos de Lacerda Souza**  
Membro Titular

**Maria Gracia Provenzano**  
Membro Titular

**Davi Dias**  
Membro Titular

**Thiago Gomes do Carmo**  
Membro Suplente

**Paulo Cesar da Conceição Silva**  
Membro Suplente

**Armando Rubens de Campos Mendes**  
Membro Suplente